Campesinato, fronteira e política*

MOACIR PALMEIRA

O reconhecimento de que o cientista social está falando sempre a partir de uma posição determinada constitui como que um lugar comum na epistemologia das ciências. O mesmo não parece ser verdade, todavia, quando o que está em jogo é, não um discurso abstrato sobre os fundamentos de sua ciência, mas o trabalho efetivo dos cientistas sociais. Poderíamos até arriscar a hipótese de que, quanto mais é proclamado o "perspectivismo" de um autor, maior parece ser a sua ausência no texto produzido. Isso porque as "perspectivas" em jogo numa tal postura remetem sempre a posições da estrutura social supostamente objetivas e dadas *a priori*, de cuja "visão de mundo" o cientista social seria um porta-voz.

Essa espécie de cumplicidade produzida entre o cientista social e uma posição social determinada, que seja a de uma classe social de sua escolha ou aquela de uma comunidade intelectual "acima das classes" com que se identifica, em que pese sua afetação de objetividade, é, em si mesma, testemunho de um voluntarismo e de um subjetivismo incompatíveis com qualquer tentativa de uma ciência do *social*. Tanto quanto aquela outra espécie de "perspectivismo" que, fazendo do vício virtude e demitindo-se de qualquer pretensão de objetividade, por inatingível ainda que desejável, opta por um *mea culpa* sistemático e ressentido (onde as "estruturas objetivas" voltam a ter o seu lugar) da sua incapacidade de ser objetivo. A resultante em ambos os casos é um tipo de dualismo discursivo em que a teoria é enunciada de um lado — pronta e acabada, objeto da livre escolha de pensares livres de peias — e os fatos articulados de outro, segundo uma ordem com todos os títulos de uma ordem natural, cronológica de preferência. O denominador comum, quer se trate de uma "perspectiva" imposta em termos "situacionais" ou a

partir de um certo posicionamento na estrutura social, é a desconsideração da prática do cientista social (em um caso, reduzida à mera possibilidade da empatia, em outro, à solitária elaboração de um cérebro bem dotado) e do compromisso objetivo que ele assume com o caso particular que analisa, que marca irrecorrivelmente as suas tentativas de generalização. Por mais geral que uma análise possa parecer em razão da própria hierarquia temática dominante num campo cultural particular, ela é, em primeira instância, necessariamente particular, quer se trate do estudo de um Estado ou de uma comunidade.

O trabalho de Otávio Guilherme Velho *, que pretende "lançar os olhos sobre o desenvolvimento brasileiro" (uma noção que vai a cada passo ser ela própria relativizada) *a partir* da fronteira, haverá de intrigar o leitor acostumado com as sínteses feitas não se sabe a partir de onde e os próprios cientistas sociais acostumados com uma divisão de trabalho, tornada rotineira, entre uma história cada vez mais história econômica, senão mesmo história das políticas, e uma ciência política cada vez mais, em que pesem os propósitos em sentido contrário, destinada a dar conta da decalagem entre o Estado e as exigências da economia. Esse trabalho que tenta, ao contrário, pensar de modo positivo as "relações entre o econômico e o político" — o que significa dizer, no caso do que o autor designa como *capitalismo autoritário*, pensar politicamente as relações entre o econômico e o político — arrisca-se pelo que há de intrigante na *démarche*, isto é, pela própria dificuldade que impõe ao crítico de perceber a ruptura que está operando, a ter o destino de alguns dos melhores trabalhos de ciências sociais no Brasil: tornar-se precocemente um "clássico", destino glorioso mas frustrante para o pesquisador e estéril para a ciência, permanecendo intocado e tornando-se intocável, sem que dele se extraiam todas as implicações teórico-metodológicas, se critiquem e desdobrem as suas múltiplas proposições e se explorem as inúmeras possibilidades que abre em termos de investigação.

Do Bom Uso da Comparação

Otávio Guilherme Velho reivindica o "método comparativo" que Durkheim dizia confundir-se com o próprio método da socio-

* VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato.* São Paulo. Difel, 1976, 261 p.

logia, e assume um certo número de riscos, dos quais o primeiro será uma dose de má vontade do leitor que aprendeu a desconfiar de uma certa utilização do "método comparativo" onde imperam as tipologias reificadas e a-históricas e que, numa reação que tem algo de saudável, acostumou-se a ver como condição de toda comparação a existência de algum tipo de continuidade (histórica, geográfica ou cultural) entre os objetos da comparação. Capitalismo *Autoritário e Campesinato* compara "realidades" descontínuas — a "fronteira" americana na segunda metade do século XIX, a "fronteira" siberiana na entrada do século XX e a fronteira" brasileira de nossos dias — indo contra o continuismo que marca, por exemplo, os estudos sobre a "dependência", como marcava os trabalhos que Durkheim identificava com "o método histórico de A. Comte". Isso não significa negar o valor de estudos que se têm feito à base do "postulado da continuidade" e muito menos, afastar a possibilidade da comparação entre "realidades" contínuas. O estudo de Otávio Guilherme Velho ilustra mesmo, em numerosas passagens, a possibilidade mais radical do que poderíamos chamar de "comparação a um" (comparação de uma variação com um invariante construído a partir de sua própria análise e com outras variações possíveis — como ocorre no capítulo XXIII quando explora a oposição *centro-beira*), e de forma alguma é incompatível com o que Karl Korsch dizia ser uma tese fundamental do marxismo: o "princípio da especificação histórica". A vantagem que oferece o estudo de "realidades" descontínuas é evitar que aceitemos como dada uma continuidade que só pode ser estabelecida através do trabalho teórico. Assim qualquer comparação deve ser mediada por "modelos", para usar o termo de que se vale Otávio Guilherme Velho, em função da própria singularidade histórica de cada caso. Com isso se evita tanto o empirismo cego das comparações internacionais que fascinaram a ciência política norte-americana nos anos 50 e 60, quanto o empirismo míope dos "estudos latino-americanos", sem cair, por outro lado, naquela espécie de relativismo cético dos que, em antropologia mais especificamente, reduzem a comparação a um trabalho de simples tradução, a estabelecer equivalências entre códigos diferentes.

Mas se deixarmos de lado, por um momento, a concepção durkheimiana de um método comparativo *latu sensu* e pensarmos em termos mais restritivos da comparação como um entre outros métodos possíveis (e ambos os significados estão presentes tanto nas *Regras* de Durkheim quanto no trabalho de Otávio Guilherme Ve-

lho), poderemos perceber melhor a significação da *démarche* teórica posta em prática. Se o autor escolheu apreender o movimento da sociedade brasileira *a partir da fronteira* (ou a partir da posição relativa do "campesinato de fronteira"), em função da própria experiência de pesquisa que lhe foi dado ter, e se isso lhe garantiu perceber certas articulações que vistas de outras perspectivas permaneceriam opacas de significado (a começar pelas próprias distinções entre *capitalismo autoritário* e *capitalismo burguês* e entre *capitalismo autoritário* e *regime autoritário*), "escolheu" arcar tambem com as dificuldades inerentes ao estudo de "fronteiras" que vão da própria instabilidade das populações à ausência de registros escritos. Nesse controle, o método comparativo vai se impor como um tipo de artifício de que se vale um pesquisador que já experimentou as limitações dos métodos "convencionais", ou mesmo das tentativas de combiná-los, como a de Otávio Guilherme Velho de associar "métodos demográficos" e o recurso à "memória social" dos grupos estudados em seu *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária,* para conseguir juntar "fragmentos" e dar-lhes sentido.

Em que pese o cuidado de Otávio Guilherme Velho, em seu prefácio, de proclamar o seu respeito pelos limites "tradicionais" dos objetos das diferentes disciplinas que integram as chamadas ciências sociais, considerando que o seu trabalho seria visto melhor como um trabalho de sociologia política, é preciso lembrar que há algo de especificamente antropológico na sua comparação, que atravessa todo o trabalho e que o distancia não apenas da postura da sociologia política quanto da própria historiografia: a comparação que faz é, em primeira instância, uma comparação entre diferentes versões de um determinado fato. Nada de juntar fatos constatados por documentos que tenham passado pela crítica necessária de seus títulos de autenticidade e validade, "reconstituindo" uma espécie de consenso sempre duvidoso. Ao invés disso, confrontar versões conflitantes e dar conta desse conflito como única maneira de estabelecer *fatos.*

Mas é mais que uma *comparação de versões* pura e simples o que é posto em prática em *Capitalismo Autoritário e Campesinato.* É uma *comparação por etapas e progressiva.* Para ficarmos apenas nos "grandes movimentos": ao invés de uma comparação a três, o que temos é uma primeira comparação do "caso americano" com o "caso russo" e, a seguir, uma comparação do "caso russo" com o "caso brasileiro". Mas de comparação para comparação ou, antes mesmo, de caso para caso a *matéria prima* da comparação vai mu-

dando: no "caso americano" é a "doutrina "de Turner que é analisada; no "caso russo" é fundamentalmente um debate político-intelectual que é trabalhado; no "caso brasileiro" é muito mais uma determinada "realidade" o que está em jogo. Mas não só muda a matéria prima (e os instrumentos que parece exigir para o seu tratamento), como os próprios resultados parciais são de natureza distinta. Otávio Guilherme Velho é explícito quando afirma (p. 61) que o caso americano é que lhe forneceu uma "visão inicial das relações entre fronteira e desenvolvimento capitalista"; ao passo que o caso russo deve propiciar "uma compreensão melhor das relações entre campesinato, *fronteira* e capitalismo autoritário" e

> uma visão mais clara das implicações políticas mais amplas desse modo de desenvolvimento capitalista e do papel político de uma *fronteira* sobre ele por meio de uma análise da rica polêmica russa das primeiras décadas deste século,

enquanto que no caso brasileiro (p. 173) o que vai estabelecer é o papel do campesinato e da *fronteira* numa transição ao capitalismo que tende a cristalizar-se enquanto tal num "processo contínuo de acumulação primitiva".

Se a comparação, nos termos que vimos, garante simultaneamente a não comparação de grandezas incomparáveis (ou não necessariamente comparáveis e descarta a suposição de que em cada caso singular todos, e sempre os mesmos, elementos estejam "presentes", para ser exaustiva, seguindo as indicações de Durkheim, ela se obriga a considerar em cada caso empírico "todo e qualquer elemento", mesmo que esteja "de fato tentando estabelecer relações entre certos elementos determinados apenas" (p. 13), isto é, aqueles que são *objeto* de sua comparação. É a tentativa da comparação exaustiva que leva Otávio Guilherme Velho a acompanhar todos os ingredientes incorporados à elaboração de ideologias ligadas à *fronteira* e ao papel do campesinato nos rumos do capitalismo autoritário bem além das áreas em que o contato entre campesinato de fronteira e Estado se colocam de maneira explícita, fazendo desfilar diante do leitor, fora da ordem em que está acostumado a vê-las, figuras bem conhecidas suas como o "FMI", o "Nordeste", o "nacionalismo", o "imperialismo", etc., referências obrigatórias nas interpretações correntes da história recente do Brasil.

Um trabalho conduzido nessa linha não poderia manter com as teorias de que se nutre a relação encantada em que muitas vezes se circunscrevem alguns dos bons trabalhos de ciências sociais. Cada passo da comparação significa necessariamente a relativização da teoria que lhe permite ser dado. A teoria assim concebida, como

instrumento e resultado, é necessariamente *transformada*. A dicotomia aceitação/rejeição ou a tricotomia aceitação/rejeição/correção não se coloca. Não se trata de corrigir" mas de fazer sofrer à teoria e aos seus possíveis desdobramentos — o "caso" alimentando as possibilidades de desenvolvimento teórico — a transformação imposta necessariamente por uma análise concreta. As fronteiras frouxas entre o "científico" e o "ideológico" levam o autor a não aceitar a postura acientífica e moralista de estabelecer cortes *a priori* que localizem este ou aquele autor em um ou outro domínio e a tratar com o mesmo "respeito" e o mesmo rigor, sem que isso signifique estabelecer equivalências simples, a produção de historiadores como Barrington Moore e de ideólogos como F. J. Turner.

Algumas Questões

O bom uso do método conduz a resultados substantivos alentadores e a uma abertura de possibilidades de pesquisa que precisariam ser exploradas. O melhor exemplo, talvez, seja a análise brilhante que faz do período constitucional (1946-1964) e do período subseqüente (ver o capítulo "Nacionalismo e Cosmopolitismo") a partir da distinção *capitalismo autoritário/regime autoritário*. Ao contrário das análises que aproximam liberalismo econômico e liberalismo político, Otávio Guilherme Velho vai chamar a atenção para o caráter autoritário do capitalismo naquele período de regime não autoritário. A partir daí, tornam-se compreensíveis paradoxos como a vocação suicida do liberalismo brasileiro (que vai patrocinar a passagem ao regime político autoritário em 64) ou o atrelamento da esquerda ao carro estatal. Outros exemplos, mas de forma alguma os únicos, são a crítica das análises correntes sobre o desenvolvimento (cf. p. 168) e a análise das perspectivas do capitalismo autoritário no Brasil (cf. "Conclusões"). Nessa última, é particularmente importante o que nos ensina sobre o papel da oposição consentida e da crítica exercida pelos intelectuais como demarcadores dos limites das possibilidades do capitalismo autoritário, na sua "atual roupagem de um regime autoritário":

> Como no capitalismo autoritário (tal como na transição da dominância de um modo de produção para a de outro) o que é "necessário" nem sempre se dá "automaticamente", a própria crítica parece ajudar o capitalismo autoritário, através de uma espécie de cooptação da produção intelectual e ideológica (sem falar da eventual cooptação dos seus próprios produtores), nos seus ajustamentos regulares através de mecanismos políticos e administrativos. Pelo menos ajuda a indicar quando os limites

> de uma certa fase estão sendo alcançados (no caso do Brasil por vezes pela impressão que a crítica possa causar no corpo de oficiais das forças armadas); particularmente porque, ao que tudo indica, a consciência dos funcionários governamentais, eles mesmos, não parece em geral marchar muito adiante da política implementada em cada momento. O fato de o sistema funcionar, apesar dessa ausência de consciência é, de certa maneira, um sinal de força, não de fraqueza, que contrasta com a situação inversa ocorrida no Estado Novo (229).

Todavia o livro suscita algumas questões que gostaríamos de discutir aqui por sua relevância para os estudos sobre campesinato a começar pela que diz respeito ao próprio *status* teórico do conceito de *capitalismo autoritário*.

Ainda que Otávio Guilherme Velho afirme que "o capitalismo autoritário é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho", há um esforço constante de afastamento do conceito de B. Moore. É verdade que B. Moore vai distinguir (B. Moore Jr., 1969, p. 434) aqueles sistemas de outros, enfatizando o uso de mecanismos políticos por oposição a mecanismos de mercado. Esse "político", que B. Moore enfatiza estar tomando em sentido amplo, continua referido a uma relação muito precisa — aquela entre proprietários de terra e camponeses. Já Otávio Guilherme Velho vai estar pensando em propriedades mais gerais do próprio sistema capitalista ou do desenvolvimento desse capitalismo em circunstâncias históricas específicas. O caráter autoritário do capitalismo brasileiro ou do capitalismo russo tem menos a ver com a preexistência de sistemas de repressão da força de trabalho do que com o próprio "atraso" com que esse capitalismo tem início. Assim, sistemas de repressão da força de trabalho podem ser a própria conseqüência do desenvolvimento capitalista.

O capitalismo autoritário, tal como Otávio Guilherme Velho o concebe, é, por isso mesmo, um "tipo de capitalismo" que, juntamente com o seu simétrico oposto, o capitalismo burguês, poderia ser legitimamente perfilado ao lado de tipologias mais clássicas, como as que opõem capitalismo financeiro e capitalismo industrial, por exemplo. O que seria específico da tipologia proposta seria que ela não visaria simplesmente ao "econômico" mas estaria referida às "formas de dominação e articulação entre o político e a economia" (43). E a especificidade do *tipo* "capitalismo autoritário" estaria na dominância do político e na existência de uma burguesia economicamente dominante mas não hegemônica (politicamente?). Mas,

lembra Otávio Guilherme Velho, "isso parece semelhante ao que Marx chamou 'Bonapartismo' ", para sair-se brilhantemente, estabelecendo uma distinção entre *regime político autoritário*, resultante conjuntural de "um equilíbrio temporário entre as classes" (de que o "bonapartismo" seria um exemplo), e o *capitalismo autoritário*, que "tem a ver com a relação estrutural entre o político e o econômico", podendo ou não ser "reforçado por um regime político autoritário". A questão aqui é saber se Otávio Guilherme Velho não está afastando com uma mão o que apanhou com a outra. Num primeiro momento, junta o que estava separado: o "político" e o "econômico"; num segundo momento estabelece uma distinção radical entre, de um lado, uma "relação estrutural entre o político e o econômico" e, de outro, o "regime político". Ora, será que a condição para pensarmos o "regime político" em separado não é exatamente o tipo de análise que está combatendo? Não seria necessário repensar o "bonapartismo", para sermos coerentes com o projeto de Otávio Guilherme Velho, também em termos da "relação estrutural entre o político e o econômico"? Um dos supostos da concepção do "bonapartismo" a que se refere não é exatamente a identificação de todo capitalismo com a sua variante "burguesa"? Mas o que é curioso é que uma tal inconsistência vai mostrar-se paradoxalmente frutífera nas análises que são feitas. Isso nos leva a supor que a dificuldade talvez não esteja exatamente aí. Talvez esteja, antes, na própria escolha da oposição política clássica *democracia* (aqui lida como burguesia) - *autoritarismo*, para pensar formas de articulação entre o político e o econômico que se mostram cada dia como as mais complexas e variadas. Em todo caso, uma resposta a essa questão passaria pelo conhecimento dos outros possíveis termos da tipologia e pelas formas possíveis de articulação (que Otávio Guilherme Velho reconhece viável) com algumas das tipologias clássicas mais centradas sobre o "econômico". Ou, mais efetivamente, deveria passar pela análise das repercussões que tem, ao nível do próprio processo econômico, uma forma determinada de articulação entre o político e o econômico.

Um segundo ponto que gostaríamos de abordar é a concepção do campesinato como *modo de produção*. O autor acompanha Tepicht ao referir-se a um *modo de produção necessariamente subordinado*. A subordinação não exclui, portanto (e daí falar-se em modo de produção), regras próprias, diferentes daquelas que regem outros modos de produção. Como conciliar isso com a concepção do campesinato como uma protoburguesia que Otávio Guilherme Velho

também avança? Onde fica a especificidade dessas regras se, no momento em que a subordinação é suspensa, o campesinato aparece *ipso facto* como uma burguesia talvez sem os ares "civilizados" de de uma burguesia citadina, mas burguesia? Como juntar esse tipo de concepção com aquela que o próprio Otávio Guilherme Velho avança, no final do capítulo III, a respeito das implicações de pensar o campesinato como modo de produção sobre as noções de "feudalismo" e "modo de produção asiático": também aí o campesinato seria uma protoburguesia? Tepicht (Tepicht, 1975, p. 45) tenta encaminhar uma solução para esse problema tentando mostrar como em cada situação histórica o campesinato encarna as características dominantes da formação econômico-social, de forma que ele sempre seria um embrião de alguma ou algumas das classes que comporiam aquela formação. Mas onde fica nesse caso a especificidade do modo de produção camponês? É conveniente lembrar que os autores nos quais se inspira Otávio Guilherme Velho para formular a idéia de uma protoburguesia vêem também o campesinato (ou uma parte dele) como um protoproletariado. Por que a suspensão de subordinação do campesinato revelaria apenas e necessariamente a sua "face burguesa"?

Esse talvez seja o preço do privilegiamento intencional pelo autor da fronteira como ponto de partida e objeto de suas reflexões. Até que ponto, ao tentar ver as coisas a partir da fronteira, não deixa de considerar as relativizações sucessivas que ele próprio impõe a esse conceito (a "fronteira aberta" como uma variante apenas e não como a própria "fronteira"; "fronteira" não sendo necessariamente uma fronteira física) e passa a ver o movimento da sociedade brasileira a partir de uma fronteira turneriana (física e aberta)? Não será por isso que, ao identificar uma trajetória ascendente do campesinato, vai identificar esse último com uma protoburguesia, com uma camada de *kulaks* "modernizante", descartando os conflitos reais da fronteira que diriam respeito à trajetória descendente de um "campesinato marginal" em liquidação? Não vai, em conseqüência, privilegiar a posição política potencial de um campesinato protoburguês da fronteira física e não as implicações de uma trajetória de classe sobre o próprio "projeto político" de uma classe, como pretende, a fronteira física entrando apenas como exemplo privilegiado? Será que a tentativa de deslocar o suporte social da democracia da burguesia como um todo para o que seria uma "pequena burguesia especial" não pode terminar por reintroduzir o mito turneriano da democracia de fronteira, com todas as implicações que Otávio Guilherme Velho nos revela?

BIBLIOGRAFIA

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1963.

KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Paris, Champ Libre, 1974.

MOORE JR., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy*. Penguin Books, 1969.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris, Armand Colin, 1973.

VELHO. Otávio Guilherme. *Frente de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.